



v. 10, n. 1 – 2021 – ISSN 2316-395X

Proposta teórico-metodológica de inventário cultural participativo no Vale do Paraíba e Litoral Norte, São Paulo

Theoretical-methodological proposal of a participatory cultural inventory in the Paraíba Valley and North Coast, São Paulo, Brazil

Propuesta teórico-metodológica de un inventario cultural participativo en el Valle del Paraíba y Costa Norte, São Paulo, Brasil

Cilene Gomes¹
Valéria Regina Zanetti²
André Bazanella³

¹ Doutora em Geografia Humana. Arquiteta urbanista e docente pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (Univap), membro do Observatório da Paisagem do Vale do Paraíba.

² Doutora em História Social. Professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Univap, membro do Observatório da Paisagem do Vale do Paraíba.

³ Doutor em Ciências Sociais. Membro do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Centro Lucio Costa, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Diretor da Casa do Patrimônio (Iphan-SP).

Resumo: O artigo retrata a experiência da rede colaborativa denominada Observatório da Paisagem do Vale do Paraíba, São Paulo, centrada na agregação de agentes e ações com interesse comum em questões relativas à preservação do patrimônio cultural e das paisagens culturais no contexto amplo da discussão atual sobre o desenvolvimento regional-metropolitano. Com o objetivo de ensaiar um caminho teórico-metodológico que estimule a ampliação de investigações e o debate social, utilizaram-se como metodologia de elaboração do artigo o relato de experiências e a análise documental e bibliográfica. Chega-se a uma proposição teórico-metodológica fundada nas orientações conceituais do espírito dos lugares e da paisagem cultural e no desafio metodológico, debatido e consensuado no observatório, de realização de inventários culturais participativos.

Palavras-chave: desenvolvimento; cultura; patrimônio; espírito dos lugares; observatório da paisagem.

Abstract: This article describes the experience of the collaborative network called Observatório da Paisagem in Paraíba Valley, São Paulo, Brazil, centered on the aggregation of agents and actions of common interest in issues related to the preservation of cultural heritage and cultural landscapes in the large context of the current discussion about the regional-metropolitan development. With the objective of preparing a theoretical-methodological path that promotes the expansion of investigations and social debate, we used the report of experiences and documentary and bibliographic analysis as the methodology to prepare this article. We came across a theoretical-methodological proposition based on the conceptual orientations of the spirit of places and cultural landscape, as well as on the methodological challenge of carrying out participatory cultural inventories, which were discussed and agreed at the observatory.

Keywords: development; culture; patrimony; spirit of places; landscape observatory.

Resumen: El artículo retrata la experiencia de la red colaborativa denominada Observatório da Paisagem del Vale del Paraíba, São Paulo, Brasil, centrada en la agregación de agentes y acciones con interés común en temas relacionados con la preservación del patrimonio y los paisajes culturales en el amplio contexto de la discusión actual acerca del desarrollo regional-metropolitano. Con el objetivo de intentar un camino teórico-metodológico que estimule la expansión de las investigaciones y el debate social, se utilizaran el relato de experiencias y el análisis documental y bibliográfico como metodología para la elaboración del artículo. Se llega a una propuesta teórico-metodológica basada en las orientaciones conceptuales del espíritu de los lugares y del paisaje cultural, así como en el desafío metodológico de realizar inventarios culturales participativos, en conformidad con lo discutido y consensuado en el observatorio.

Palabras clave: desarrollo; cultura; patrimonio; espíritu de lugares; observatorio del paisaje.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea apresenta problemas e desafios ligados a uma crise global que não é apenas econômica e política, mas sobretudo de ordem sociocultural e ideológica. Por hipótese, uma grande transformação está se processando, e o debate sobre a civilização humana não só tem se tornado necessário como urgente, em todos os âmbitos da vida social e das relações cooperativas. Clama-se por regimes mais democráticos, por matrizes econômicas menos depredatórias, por maior atenção ao que é necessário e desejável para o desenvolvimento das sociedades, consideradas em toda a sua diversidade cultural, por maior consciência universalista. Nesse contexto, o futuro da cultura humana e o do patrimônio cultural da humanidade, inteiramente implicados, preocupam e instigam a repensar concepções, significados, funções e critérios de valoração na perspectiva histórico-crítica das políticas de desenvolvimento e preservação, mobilização social e educação, com vistas a uma cidadania integral.

No Brasil, o debate sobre a cultura e a política cultural se torna, em nossos dias, extremamente incerto e com acenos de retrocesso, iniciado com o fim do próprio Ministério da Cultura. Por isso mesmo, é indispensável e inadiável a necessidade de acompanhamento e de agregação de forças de resistência pela emergência de novos valores políticos e culturais e de ação preservadora.

Desde o ano de 2017, a rede colaborativa Observatório da Paisagem do Vale do Paraíba (SP) tem promovido e possibilitado reflexões e debates ligados a importantes questões e tendências atuais, no campo ampliado do patrimônio cultural e/ou da preservação de paisagens culturais particularizadas aos contextos locais da região em foco. Por meio das interlocuções estabelecidas em rodas de conversa e em outros eventos organizados por integrantes dessa rede colaborativa, destacam-se algumas temáticas propostas e discutidas, cuja reconstituição é oportuna para introduzir o artigo e apresentar seu objetivo.

A primeira delas refere-se à questão do desenvolvimento social, tendo a cultura como instância ativa da sociedade (SANTOS, 2012) e cuja valorização poderá contribuir para uma concepção de desenvolvimento que, sem deixar de considerar a dimensão econômico-produtiva da vida social, ultrapasse o economicismo e priorize, mediante ação política, o que é de fato o desenvolvimento humano como escala para aferição do progresso social. Nesse âmbito, tornaram-se fundamentais, desde 2012, os andamentos, previstos por lei, do processo de institucionalização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, envolvendo a questão do planejamento regional e suas interfaces com a preservação do patrimônio natural, histórico e cultural da região.

Uma segunda temática, também relacionada à questão do desenvolvimento, envolve a discussão da cultura como função pública de interesse comum, inspirada nos preceitos do planejamento regional (metropolitano) estabelecidos pelo Estatuto da MetrÓpole (BRASIL, 2015) e por outras normativas do estado paulista (SÃO PAULO, 1994; 2012).

Uma aproximação aos postulados da Declaração de Québec (ICOMOS, 2008), sobre a preservação do *spiritu loci*, foi outro ponto instigante a discussões e proposições teóricas baseadas em conceitos de patrimônio cultural e de território, lugar e paisagem cultural, em vista da análise de diferentes contextos socioculturais (JOVCHELOVITCH, 2008) e da constituição de esferas públicas – um grande desafio – para a realização de inventários participativos de objetos, ações e valores que contribuam, segundo critérios de reconhecimento coletivo, para o fortalecimento do espírito dos lugares. Essa seria uma premissa para promover o pertencimento dos grupos nos processos internos e externos de transformação socioespacial, em decorrência do contato com outras dinâmicas naturais, sociais, tecnológicas ou ideológicas afeitas ao sentido de desenvolvimento e ordenamento dos territórios e das hierarquias socioeconômicas referentes a conceitos como atraso e progresso.

Na recorrência a essa ordem de ideias, o objetivo deste artigo é refletir sobre a iniciativa de um grupo de pessoas com interesse comum e suas ações na rede colaborativa Observatório da Paisagem do Vale do Paraíba. Propõe-se a ensaiar um caminho teórico-metodológico que possa servir de estímulo à ampliação de investigações conceituais e empíricas e ao debate social no âmbito do observatório. Essa iniciativa, além de colaborativa, tem assumido sua nova condição de rede de pesquisa, com base em articulações entre agentes já estabelecidas. Para isso, utilizaram-se como metodologia de elaboração do artigo o relato de experiências e a análise documental e bibliográfica.

O artigo organiza-se em quatro seções. Na primeira, busca-se apresentar o Observatório da Paisagem do Vale do Paraíba, em sua origem, ações e na perspectiva temática das relações entre preservação do patrimônio e paisagem cultural. Na segunda seção, leva-se em consideração o contexto mais amplo de discussão sobre planejamento e desenvolvimento regional, no qual se inserem o observatório e suas ações. Na terceira, discorre-se sobre articulações conceituais que convergem para a noção do “espírito dos lugares” (ICOMOS, 2008), o que orienta a proposição metodológica dos inventários participativos, tema da quarta seção.

A reflexão e a proposta teórico-metodológica resultam da revalidação dos debates realizados em distintos momentos e de interlocuções e consensos alcançados entre os diferentes integrantes e autores do artigo.

O OBSERVATÓRIO DA PAISAGEM: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E PAISAGENS CULTURAIS

O Observatório da Paisagem do Vale do Paraíba é uma rede colaborativa estabelecida mediante uma iniciativa da Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba em conjunto com o Grupo de Estudos Paisagem, Território e Cultura, da Universidade de Taubaté, em janeiro de 2017. O principal mote dessa iniciativa foi a constatação de que, apesar da identificação de diversas iniciativas de preservação e fomento à cultura na região do Vale do Paraíba, essas ações dificilmente dialogavam entre si, levando a um significativo desperdício dos poucos recursos humanos e numerais destinados à cultura. Essa situação repete-se, aliás, em vários lugares do país. Estabeleceu-se, como estratégia, a criação de uma série de eventos, tais como as Rodas de Conversa, realizadas em inúmeras cidades da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, visando conhecer e atrair parceiros interessados em discutir as ações em curso e fomentar novas ações e parcerias. Além disso, objetivava-se discutir conceitos que ampliassem a compreensão do papel a ser exercido pelo patrimônio cultural nas ações de desenvolvimento socioeconômico e humano das cidades e comunidades, abrangendo indistintamente áreas urbanas e rurais.

Cabe destacar que, desde o princípio, se percebe a existência de uma forte demanda da sociedade no debate sobre a importância da cultura e do patrimônio correlacionada à ideia de pertencimento e reconhecimento de identidades locais. Com o passar dos anos de 2017 e 2018, foram realizadas nove Rodas de Conversa (em São Luiz do Paraitinga, Paraibuna, Pindamonhangaba, Taubaté e São José dos Campos)⁴, com ampla participação social e a presença de diversos pesquisadores ligados às universidades da região, principalmente a Universidade do Vale do Paraíba (Univap), a Universidade de Taubaté, o Centro de Ciência do Sistema Terrestre, vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Centro de Estudos da Cultura Popular, de São José dos Campos, as fundações culturais municipais, bem como estudantes e outros interessados.

⁴ As rodas de conversa estão disponíveis em: <https://observatoriodapaisagemvaledoparaiba.wordpress.com/blog>. Acesso em: 19 out. 2020.

Em 2019, foi realizada a décima Roda de Conversa, na cidade de São Bento do Sapucaí⁵. A partir daí, o Observatório da Paisagem do Vale do Paraíba foi convidado a contribuir com a construção do Plano de Preservação Municipal da Cidade de Taubaté (PREFEITURA DE TAUBATÉ, 2020), passando a participar também das reuniões da Rede Regional do Sistema Estadual de Museus no Vale do Paraíba.

Desde a primeira Roda de Conversa, a coordenação do observatório entendeu que, diante da diversidade de realidades locais e da dificuldade de lidar com um conceito ampliado de patrimônio cultural – nos moldes do que está exarado no artigo 215 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) –, sentiu-se a necessidade de trabalhar não só para além de uma visão pontual (focada no objeto material ou na referência imaterial, mesmo quando considerados como conjunto), mas assumindo o conceito de paisagem como articulador dos contextos naturais, materiais e das construções mentais que constituem as relações de significância atribuídas ao lugar.

É importante pontuar que não se parte das definições de paisagem cultural conforme entendidas pelo órgão nacional de preservação do patrimônio cultural brasileiro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), cuja Portaria n.º 127/2009, atualmente em revisão, define, em seu artigo primeiro, paisagem cultural como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009).

Para as ações do Observatório da Paisagem do Vale do Paraíba, a paisagem tem sido compreendida como síntese temporal de diferentes esforços coletivos de significação derivados de vários modos de fazer, saberes e formas de ocupação territorial sucessivamente interpretados e vividos. Assim, busca-se perceber, por meio da interpretação das paisagens urbana e rural, as inúmeras maneiras como as diversas comunidades construíram e constroem seus espaços física e simbolicamente ao longo do tempo, reproduzindo suas formas de vida, identidades e referências culturais. Assim, em vez de se basear nas paisagens representativas, o trabalho do observatório tem sido tornar essas paisagens representativas, dignas de serem interpretadas.

O conceito sobre paisagem distingue-se de outros que dão ênfase à paisagem como uma relação sempre presente entre o homem e o meio natural, pois este último não necessariamente se apresenta aos sentidos, como, por exemplo, em uma paisagem urbana. No entanto é forçoso perceber que a intervenção humana, seja pela construção de algo, seja pela atribuição de valor particular, significa, primeiramente, a criação de um lugar no seio da indeterminação do meio natural e de limites que definem um lugar, do qual decorrem todos os outros lugares e espaços, próximos ou distantes.

Assim, ao se perceber o ambiente como o resultado de uma sequência de transformações, qualquer paisagem surge, de maneira obrigatória, como um palimpsesto escrito sobre um suporte físico, o meio natural que antecede qualquer ação humana criadora de espaço, o lugar e suas relações.

A percepção de uma paisagem deve, portanto, ser entendida em sua verticalidade, como uma sequência de lugares e atribuições de valores em sua temporalidade, de modo que a sua percepção deve estar sempre integrada à ideia de espacialidade como resultado de uma intervenção no meio natural. A paisagem verticalizada é, pois, a representação de uma continuidade, cuja temporalidade comporta as marcas deixadas pela passagem de uma sequência de existências, mas que, ao mesmo tempo, abrange uma série inumerável de ausências (tudo aquilo que não permanece na materialidade, na memória ou na história)

⁵ Essa roda de conversa está disponível em: <https://observatoriodapaisagemvaledoparaiba.wordpress.com/2019/01/17/10a-roda-de-conversa-do-observatorio-da-paisagem-do-vale-do-paraiba-ecomuseus-e-museus-comunitarios-sobre-algumas-outras-formas-de-acautelamento-e-preservacao-do-patrimonio-cultural-e-ii-simposio-da>. Acesso em: 19 out. 2020.

até o ponto de sua própria ausência, seu estado natural (considerando que o termo *natural* já é em si uma atribuição de valor posta em relação ao artifício).

Em outras palavras, a ideia de paisagem contém em si a relação entre a presença de elementos visíveis e intangíveis em determinada porção do território, como, por exemplo, uma fazenda de café do Vale do Paraíba paulista, que é uma paisagem representativa de uma série de modos de gestão da terra e das gentes, comportando em si as marcas do período dos barões de café, as relações de trabalho escravo, estilos arquitetônicos, modos de construir, processos políticos, morais e de costumes, a formação das populações caipiras, os quilombos e, igualmente, a sua decadência. Ao mesmo tempo, a mesma paisagem representa a formação física do território, os biomas que ali existiam, a fauna, os viajantes, as expedições de exploração e conquista do território, as populações indígenas. Na forma de um palimpsesto, a paisagem torna-se representativa das múltiplas vivências daquele espaço por diferentes grupos humanos.

Nesse contexto, interpreta-se o patrimônio cultural como a identificação de pontos focais de paisagens culturais amplas e complexas a serem preservadas em seu próprio *continuum*. Seriam estes os lugares para onde em primeiro lugar se dirigiria o olhar e por meio dos quais se poderiam derivar espaços onde seria possível perceber heranças, permanências e transformações organizadas pela atribuição coletiva de sentidos a ambientes vividos em que o tempo, mais que o espaço, se constitui como paisagem.

No campo do patrimônio cultural, deve-se, portanto, entender a paisagem como a síntese de um duradouro processo de intervenção, exteriorização e atribuição de valores resultantes do processo de ocupação humana em determinado sítio, compreendendo-se também a atribuição de significados a certos bens como um processo de criação e transformação de pontos focais significantes em um território, ao qual podem ser atribuídos sentidos distintos ao longo do tempo. É pela paisagem que melhor se pode entender a significância do patrimônio como criação de espaços liminares, espaços louvados, “proibidos a forças adversas”, apropriando-se do pensamento de Bachelard (s.d., p. 18), ou, segundo Foucault (2013, p. 116), espaços heterotópicos: “Espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora sejam efetivamente localizáveis”, marcas e matrizes do pertencimento do ser humano ao meio.

Considerando o conceito de referências culturais como paradigma para a identificação e valoração do patrimônio cultural, devem-se relevar como partes constituintes desse patrimônio seus aspectos documentais e cognitivos, os afetos e as memórias ali envolvidos, as relações éticas constituintes e presentes em cada expressão material e imaterial e os valores pragmáticos de uso que qualificam os espaços patrimonializados e as manifestações culturais que se pretendem preservar e proteger para as futuras gerações.

É mediante a presença factual da manifestação cultural, material ou intangível, no seio da experiência humana com o mundo, no valor de sua própria existência e no fato de ser o testemunho na paisagem de atos, gestos perdidos e olhares que se espelham nas novas apreensões do presente, indicando a esperança de sua continuidade futura em outros gestos, afetos e olhares, que o patrimônio cultural atinge sua mais relevante função: dar ao ser humano o testemunho de seu lugar na continuidade do tempo, humanizando os espaços vividos e superando a caótica fugacidade do presente e das representações contemporâneas.

CULTURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA FUNÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE COMUM

No contexto das discussões sobre o desenvolvimento regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte, deve-se considerar, primeiramente, que o Estatuto da Metrópole estabelece “diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas” (BRASIL, 2015). Na Lei Complementar n.º

1.166, que cria a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (SÃO PAULO, 2012), entre os campos funcionais que deverão servir ao Conselho de Desenvolvimento como base para a especificação de funções públicas de interesse comum ao estado e aos municípios, destaca-se o campo dos “esportes, lazer e cultura”.

Nesse sentido, uma ação significativa do Observatório da Paisagem do Vale do Paraíba à Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Agemvale) foi a entrega, na última reunião do Conselho de Desenvolvimento, em dezembro de 2018, da carta intitulada *Por um desenvolvimento sustentável da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, concebido a partir da preservação do patrimônio cultural material e imaterial* (OBSERVATÓRIO DA PAISAGEM DO VALE DO PARAÍBA, 2018). Nela, salienta-se que, conforme o Artigo 1.º do Estatuto da MetrÓpole, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) deverá ser “elaborado de forma conjunta e cooperada por representantes do Estado, dos Municípios integrantes da unidade regional e da sociedade civil organizada” (BRASIL, 2015). Além de ressaltar o papel estruturante da cultura para o desenvolvimento, considera-se também, segundo o Inciso V, do Artigo 12º do mesmo estatuto, que o PDUI deverá contemplar “a delimitação das áreas com restrições à urbanização visando à proteção do patrimônio ambiental ou cultural, bem como das áreas sujeitas a controle especial pelo risco de desastres naturais” (BRASIL, 2015).

Além de pontuar o que prescreve o referido estatuto, e na perspectiva de participação no processo de elaboração do PDUI, pelos espaços e vias legais cabíveis, a carta procurou apresentar as intenções por parte do Observatório da Paisagem do Vale do Paraíba de acompanhamento e posicionamentos nos seguintes termos:

Nós, gestores, pesquisadores, profissionais e ativistas da Educação e da Cultura, do Patrimônio Ambiental e representantes da Sociedade Civil, reunidos na rede colaborativa Observatório da Paisagem, que ao longo dos anos de 2017 e 2018 temos debatido e buscado compreender as características, os potenciais, os problemas e os instrumentos que podem assegurar a identidade regional através da preservação do Patrimônio Natural e Cultural da [Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte] RMVPLN, vimos à público, e, especialmente ao Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte propor (OBSERVATÓRIO DA PAISAGEM DO VALE DO PARAÍBA, 2018).

Ficaram subscritos na carta, a título de recomendações: a superação da dicotomia entre o mundo urbano e o mundo rural e suas culturas; o respeito aos elementos naturais definidores da identidade regional, na elaboração do macrozoneamento; a integração de unidades de conservação, paisagens culturais historicamente constituídas e saberes seculares no planejamento das Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC); o envolvimento de todos os entes federados (inclusive externos às fronteiras político-administrativas); métodos de participação ativa da sociedade civil em todas as fases do processo de organização e planejamento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte; a integração entre as diferentes FPIC (cultura, meio ambiente, turismo e desenvolvimento econômico); entre outros.

Nas melhores expectativas, a carta teria impulsionado, no âmbito do próprio observatório, novas discussões e direcionamentos para trabalho conjunto, entre outros, à perspectiva de revalidação de proposições conceituais para arcabouço de investigações sobre o patrimônio cultural e, sobretudo, à adoção metodológica dos inventários participativos (FLORÊNCIO *et al.*, 2016).

O ESPÍRITO DOS LUGARES E A QUESTÃO DA IDENTIDADE

Desde as primeiras reuniões do observatório, alguns conceitos foram discutidos, tais como os que consubstanciam a compreensão das relações entre território, cultura e paisagens culturais. No evento do observatório realizado na Universidade de Taubaté, a Declaração de Québec (ICOMOS, 2008), “Sobre a preservação do *spiritu loci*”, conduziu a reflexão acerca das relações entre patrimônio cultural, material, imaterial (intangível) e ambiental e os conceitos de lugar e de espírito do lugar.

Nesse escopo conceitual, os diferentes territórios de vida das distintas populações habitantes da região ao longo do tempo, pelas relações sociais estabelecidas historicamente com o meio natural e o ambiente construído, e, portanto, pelo uso e ocupação que ali promovem, são detentores da diversidade cultural local, ou locorregional. A dinâmica de tais processos e relações inscreve-se nas paisagens que os configuram, revelando os caminhos para a atribuição da dimensão simbólica dos lugares.

A dinâmica moderna do mundo globalizado, caracterizado por movimentos de transformações e ruptura das sociedades, “seja por mudança climática, turismo em massa, conflitos armados e desenvolvimento urbano” (ICOMOS, 2008), tem modificado aquilo que se convencionou chamar de espírito do lugar.

Em 2008, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), associação civil não governamental ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), lançou a Declaração de Québec, com princípios e recomendações para a preservação do *spiritu loci*, visando à proteção dos patrimônios tangível e intangível. Com os objetivos de “proteger e promover a preservação do espírito dos lugares, monumentos e sítios, isto é, sua essência de vida, social e espiritual” (ICOMOS, 2008), a declaração propõe a preservação de bens culturais derivados da memória, das crenças, dos conhecimentos tradicionais, enfim, de tudo que ligue os sujeitos, concebidos como agentes portadores de saberes, guardiões desses valores, com os lugares.

A declaração consiste em entender que o valor dos bens materiais se destaca pelo significado que esses bens ganham pela percepção de valores intangíveis que lhes dão sentido, produto das significações sociais, mas também espirituais. Essa associação entre o patrimônio tangível e o intangível é denominada na Declaração de Québec de *spiritu loci*, ou espírito do lugar. Como espírito do lugar se compreendem “as memórias, as narrativas, os documentos escritos, os rituais, os festivais, o conhecimento tradicional, os valores, as texturas, as cores, os odores, etc.) isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar” (ICOMOS, 2008). Os objetos e lugares carregam significados, valores e contextos de natureza indivisível, por isso fazem parte dos patrimônios tangível e intangível.

Preservar o *spiritu loci* é revelar e preservar a identidade do lugar, entendendo identidade como o amálgama que costura o sujeito à estrutura transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados nos sistemas culturais que nos rodeiam ou que nos interpelam. Esses sistemas estão carregados de símbolos, que contêm e perpetuam as experiências acumuladas de gerações (GIDDENS, 1991, p. 37-38). No interior das grandes estruturas e formações sustentadoras da sociedade moderna há um sistema de representação cultural que ativa uma imensa gama de significados expressos de formas material e imaterial, simbólica. Essas formações compostas de significado denominamos de identidade, ou seja, representação simbólica que busca definir uma ideia, por sua vez, carregada de sentido. Esses sentidos estão contidos nas histórias, nas memórias, nos saberes tradicionais, no paladar, no olfato, no tato, nos odores – memórias que conectam o presente e o passado e constroem imagens que delas são construídas.

Trabalhar baseando-se na paisagem, no entanto, significa dar um passo além, tornando o espaço também um agente ativo de memórias, narrativas, transformações e passagem

de presenças perdidas, marcas anônimas que escapam à memória, mas que permanecem presentes como “próprio do gesto humano em significar além de sua mera existência de fato” (MERLEAU-PONTY, 1984, p. 163). Narrativas de si mesmo, o *spiritu loci* simboliza ou representa as experiências partilhadas de uma mesma narrativa que resta, muitas vezes, a ser descoberta.

Considerando que o espírito do lugar é complexo e multiforme, o Icomos (2008) recomenda “que os governos e outros interessados convoquem a perícia de equipes de pesquisa multidisciplinar e especialistas com tradição para melhor compreender, preservar e transmitir este espírito do lugar”, uma vez que “o espírito do lugar é um processo em permanente reconstrução, que corresponde à necessidade por mudança e continuação das comunidades”. Chamado à responsabilidade para prevenir a degradação do espírito do lugar e de seu entorno, o Icomos recomenda que entidades governamentais e não governamentais e organizações do patrimônio local e nacional, juntamente com as pessoas das comunidades locais, desenvolvam planejamento estratégico a longo prazo.

OS INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS: RECURSO METODOLÓGICO APROPRIADO ÀS REDES COLABORATIVAS

Para fins de aproximações metodológicas aos processos de investigação de contextos socioculturais da região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, o encadeamento conceitual e de entendimentos sobre práticas de ação política conduz a privilegiar o recurso aos inventários participativos como proposta de trabalho apropriada às redes colaborativas. Objetos, agentes, ações e valores da cultura precisam ser inventariados, de modo a constituir, segundo critérios de reconhecimento estabelecidos dialogicamente com as comunidades, o contexto que emoldura o dinâmico sistema de manifestações que integram os patrimônios material e imaterial – as formas de vivência do espaço, dos olhares, das memórias, das tradições, das relações pessoais e ambientais que estão contidas no chamado espírito dos lugares.

Inventariar “é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor” (FLORÊNCIO *et al.*, 2016). Sabendo-se que o inventário participativo da cultura local/regional é complexo e multifacetado e que requer metodologia apropriada, a rede colaborativa tem se pautado na metodologia do Iphan, visando construir com os grupos sociais locais um “autorretrato” por meio do qual possam surgir permanências de estruturas de significado que ofereçam alguma faceta passível de ser reconhecida, pelos próprios grupos, como de interesse cultural para a construção de laços de identidade e pertencimento ao lugar e a suas tradições, contribuindo para a resiliência dos grupos diante da contínua pressão por adequação a modos hegemônicos de produção, consumo e atribuição de valor humano e cultural. Como instrumento eminentemente pedagógico, os inventários participativos consistem “numa ferramenta de Educação Patrimonial com objetivos principais de fomentar no leitor a discussão sobre patrimônio cultural, assim como estimular que a própria comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais” (FLORÊNCIO *et al.*, 2016, p. 5). Essa ferramenta considera

a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida (FLORÊNCIO *et al.*, 2016, p. 7).

Esse instrumento, que visa ser também uma atividade formativa, estimula a aproximação da escola com o tema do patrimônio cultural, nos âmbitos local e regional, por meio de pesquisa de campo, de técnicas de levantamento documental, de sistematização, de interpretação de dados e de difusão de informações (FLORÊNCIO *et al.*, 2016). A ferramenta dos inventários participativos “não tem a pretensão de servir de instrumento de identificação e reconhecimento oficial de patrimônio, nem substituir as atuais ferramentas utilizadas nos processos de proteção dos órgãos de preservação do patrimônio de qualquer esfera de governo” (FLORÊNCIO *et al.*, 2016, p. 9). No entanto, por intermédio dos inventários participativos e da educação patrimonial, podemos dispor de uma valiosa fonte que nos serve de orientação para propor política pública de valorização de nosso patrimônio, testemunho de referências passadas que insistem em se manter no presente como capilaridade de outros tempos, elementos constituintes do *spiritu loci*.

O reconhecimento de determinadas manifestações, usos, costumes e crenças pelos membros de um grupo social é um dos principais resultados da aplicação de um inventário. Mas, longe de pensar de forma inocente que basta ouvir a comunidade para reconhecer e fomentar as permanências existentes na dinâmica da cultura, é preciso também reconhecer as limitações inerentes ao inventário participativo, entendido como instrumento sujeito a mediações diversas, feitas por agentes que detêm um lugar privilegiado na relação entre o mundo externo e a comunidade ou que serão trazidos a ele, a fim de, possivelmente, favorecer uma adequação do discurso local aos desejos dos mobilizadores – aqueles que vêm ao grupo oriundos de uma realidade social normalmente diversa –, ou dos agentes responsáveis pelas políticas públicas governamentais.

Assim, é possível que o resultado do inventário represente mais um retrato do modo e dos meios como determinada comunidade deseja ser vista pelo mundo exterior, resultando em uma identidade relacional que arrisca afirmar valores hegemônicos, e até mesmo colocando-se aparentemente em oposição a eles, que, na busca de falar a mesma língua, são reconhecidos como um meio de inclusão excludente. Ou seja, deve-se ter em mente a possibilidade de obtenção de resultados que evitem ou estereotipem determinados modos de viver no mundo e pensar o mundo de acordo com visões que são consideradas como passíveis de aceitação e valoração externa, pois, como já disse Marcel Mauss (1979, p. 56), “nada mais difícil, mesmo para nós [*outsiders*] do que analisar as instituições que praticamos”.

O desafio futuro que se impõe, portanto, à aplicação das metodologias de inventário é a necessidade de sua constante continuidade e circularidade, a capacidade de voltar-se a si mesmo como permanente produto inacabado. A prática deve ser percebida como uma atividade inserida na rotina da educação formal e informal, sendo seu resultado esperado a consolidação do processo de reflexão permanente da comunidade sobre si mesma. Podemos pensar aqui na reflexão de Boaventura de Sousa Santos (2002), em sua sociologia das ausências e sociologia das emergências, pois, sendo o inventário a prática dos grupos do olhar sobre si mesmos, seu estar no mundo, seu pensar o mundo, seu lugar, espaço e a si mesmos, tem esse instrumento como objetivo e função expandir o presente contraíndo o futuro, pois “só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje” (SOUSA SANTOS, 2002, p. 239).

Logo, como prática pedagógica, a aplicação do inventário participativo extrapola a horizontalidade de uma representação sincrônica referente ao momento determinado de um grupo, de sua visão sobre si, sobre os outros e sobre a necessária interação entre esses dois polos, ou a prática dialógica presente na relação mediadores-indivíduos. Trata-se de um processo envolvendo a tríade da criação permanente de conhecimento, posto entre conhecimento/indivíduo, troca/participação e geração constante de novos saberes advindos da experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procurou trazer algumas reflexões acerca da experiência de participação no Observatório da Paisagem do Vale do Paraíba, sobretudo na ótica das discussões realizadas a respeito de patrimônio cultural e paisagem e da cultura como elemento estruturante do desenvolvimento social e FPIC no processo de elaboração do PDUI para a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Além disso, uma síntese de articulações conceituais de interesse foi também o objeto do artigo, com o intuito principal de constituir um referencial teórico para novos processos de pesquisa e análise sobre o espírito dos lugares, em suas relações com a questão da identidade nos contextos locais dessa mesma região.

Por isso o caminho metodológico proposto no sentido da realização de inventários do patrimônio cultural regional mediante o diálogo entre agentes, populações e saberes diversos e o trabalho colaborativo, que constitui a razão de ser do Observatório da Paisagem do Vale do Paraíba, pois a viagem em busca de uma representação abrangente do que é o patrimônio cultural brasileiro, entendido como a representação de uma nação, deve nos manter sempre como turistas aprendizes, que, parafraseando Mario de Andrade (1974), além de consciência lógica, também têm consciência poética.

Se as práticas de preservação do patrimônio cultural no mundo moderno estão associadas aos processos de formação dos Estados nacionais, no século XIX, pode-se perguntar até que ponto os instrumentos usualmente pertinentes ao campo de conhecimento (e conflitos) do patrimônio cultural devem ser adequados à situação de países como o Brasil.

Ao trazer para o cotidiano, por meio de inventários participativos contínuos e circulares, a necessidade de ressaltar – inventar – o olhar sobre a experiência do presente situando-o como representação particular de um estar no mundo, afirma-se o significado da paisagem como uma herança material e simbólica, um patrimônio coletivo, carregado de signos e significados históricos e com intrínseca relação com o espaço. Na esperança de perpetuar o significado dos substratos do espaço que comportam tempos históricos e memórias, espera-se que a continuidade, que fundamenta o discurso patrimonial, avigore no contexto das disrupturas derivadas das noções de mundo que decorrem da modernidade e dos processos de desencantamento a que a contemporaneidade nos conduz.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mario de. O movimento modernista. In: ANDRADE, Mario de. **Aspectos da literatura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Martins, 1974. p. 213-254.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Rio de Janeiro: Eldorado, [s.d.].

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrópole. Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **Declaração de Québec**: sobre a preservação do *spiritu loci*. Québec: Icomos, 2008.

FLORÊNCIO, Sônia R. *et al.* **Educação patrimonial e inventários participativos**: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

FOUCAULT, Michel. De espaço outros. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-401420130003&lng=pt&nrm=i. Acesso em: 16 out. 2019.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria Iphan n.º 127, de 30 de abril de 2009**. Brasil: Iphan, 2009. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-127-2009_214271.html. Acesso em: 19 out. 2019.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MAUSS, Marcel. O ofício de etnógrafo, método sociológico (1902). In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (org.). **Antropologia**. Tradução de Regina Lúcia Moraes Morel, Denise Maldini Meirelles e Ivone Toscano. São Paulo: Ática, 1979.

MERLEAU-PONTY, Maurice. A linguagem indireta e as vozes do silêncio. In: MERLEAU-PONTY, Maurice. **Textos escolhidos**. Tradução de Marilena Chauí. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 86-111.

OBSERVATÓRIO DA PAISAGEM DO VALE DO PARAÍBA. **Carta do Observatório da Paisagem**: por um desenvolvimento sustentável da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, concebido a partir da preservação do patrimônio cultural material e imaterial. Observatório da Paisagem do Vale do Paraíba, 2018. Disponível em: <https://observatoriodapaisagemvaledoparaiba.files.wordpress.com/2018/12/CARTA-DO-OBSERVATORIO-DA-PAISAGEM-vers%C3%A3o-13-12-2018-AGEM-SJC-1.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

PREFEITURA DE TAUBATÉ. **Prefeitura discute patrimônio cultural com mesa redonda e visitas**. Taubaté: Prefeitura de Taubaté. Disponível em <https://www.taubate.sp.gov.br/noticias/prefeitura-discute-patrimonio-cultural-com-mesa-redonda-e-visitas/>. Acesso em 19 out. 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2012.

SÃO PAULO. **Lei Complementar n.º 760, de 1 de agosto de 1994**. Estabelece diretrizes para a Organização Regional do Estado de São Paulo. São Paulo, 1994. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1994/lei.complementar-760-01.08.1994.html>. Acesso em: 27 abr. 2017.

SÃO PAULO. **Lei Complementar n.º 1.166/12, de 9 de janeiro de 2012**. Cria a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, e dá providências correlatas. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2012/lei.complementar-1166-09.01.2012.html>. Acesso em: 13 dez. 2017.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 63, out. 2002. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF. Acesso em: 13 dez. 2017.